



ATA N.º 240/2017

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE JANEIRO DE 2017

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezassete, reuniu em sessão extraordinária, previamente convocada, a Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, no salão nobre dos Paços do Município, sob a presidência de Abel Joaquim Tavares Dias e tendo como primeira secretária, Esmeralda de Almeida Reis Serrano, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. **APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES TOCANTE ÀS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES, ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTE COMPETENTE QUANTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MUNICIPAIS.** -----
2. **DESIGNAÇÃO DE UM ELEMENTO PARA INTEGRAR A CPCJ DE OLIVEIRA DE FRADES, EM SUBSTITUIÇÃO DE SUSANA MARIA DE JESUS MOREIRA.** -----
3. **REGIME ESPECIAL DE LEGALIZAÇÃO - CERTIDÕES DE INTERESSE PÚBLICO.** -----
4. **AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM 2017 (ALTERAÇÃO).**-----
5. **PAEL - PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO (2012-2019) - ATUALIZAÇÃO 2017.**
6. **AUTORIZAÇÃO DA FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO A CONTRATAR.** -----
7. **AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A MÉDIO E LONGO PRAZO.** -----
8. **1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2017.** -----
9. **1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017-2020.** -----
10. **DECLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO NO ÂMBITO DA LCPA.** -----
11. **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Na ausência da segunda secretária e, por unanimidade dos membros da Assembleia, foi chamada para a substituir o membro da Assembleia, Teresa Margarida de Sousa Fernandes.-----

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Pela Lista "Por Oliveira de Frades PPD/PSD.CDS.PP": Serafim de Oliveira Soares; Jorge Manuel Mamede Soares; Fernando Estêvão Almeida Jesus Farreca; Arménio Rodrigues Quelhas; João Carlos Ferreira Valério; Ricardo José Figueirinhas Teles Dias; Pedro Nuno Castro Ferreira e Luís Manuel Almeida Ferreira; -----

Pela Lista "Partido Socialista - PS": António Manuel da Silva Cabrita Grade; Pedro Marques Martins e Luís Manuel Martins Ribeiro; -----

E os seguintes presidentes de Junta de Freguesia de: Pinheiro – Carlos Manuel da Silva Rosa; Ribeiradio – Hélder Miguel da Silva Costa; São João da Serra – Armando José Carreiro Ferreira; São Vicente de Lafões – José Guilherme Neves Pereira; União das Freguesias de Arca e Varzielas – Jorge Marques da Silva



Bandeira; e União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães – Paulo Manuel Robalo da Silva Ferreira. -----

Tendo-se registado a ausência, a toda a sessão, do membro da Assembleia Sónia Filipa Araújo Nogueira e dos presidentes de Junta de Freguesia de Arcozelo das Maias – António Manuel Lopes Tavares e da União de Freguesias de Destriz e Reigoso – Luís Manuel Tavares dos Santos Pereira, que apresentaram justificação escrita ou oral à falta, tendo as mesmas sido aceites. -----

Também se registou a presença do presidente da Câmara, Luís Vasconcelos, e do vereador do PS, Porfírio Carvalho. -----

Havendo quórum, com a presença de 20 (vinte) membros, o presidente da Mesa deu início à sessão, eram nove horas e quarenta minutos. -----

1 - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES TOCANTE ÀS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES, ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTE COMPETENTE QUANTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MUNICIPAIS. -----

O **presidente da Câmara** informou que, na reunião de Câmara de 24 .11.2016, foi aprovada, por unanimidade, a deliberação de contratualização com a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, bem como, submeter à Assembleia Municipal a proposta de aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, com a inclusão deste ponto na ordem dos trabalhos. -----

O **membro da Assembleia António Grade** considerou que, a realidade dos transportes públicos é muito má, não dando resposta às necessidades das populações; está-se, praticamente, resumido aos transportes escolares. Na sua opinião, esta proposta, de tentar procurar uma solução intermunicipal, é positiva, esperando que seja uma estrutura que dê resposta fundamentalmente às necessidades das populações, no âmbito dos transportes públicos. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade com 20 (vinte) votos a favor, autorizar a celebração de contrato de delegação de competências da competência de autoridade de transportes na Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e art.º 10.º do Anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho. ---

2 - DESIGNAÇÃO DE UM ELEMENTO PARA INTEGRAR A CPCJ DE OLIVEIRA DE FRADES, EM SUBSTITUIÇÃO DE SUSANA MARIA DE JESUS MOREIRA. -----

Na sequência do pedido da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Frades para designação de um elemento para integrar esta Comissão, na sua modalidade alargada, em substituição de Susana Maria de Jesus Moreira, foi por escrutínio secreto designado, por unanimidade com 20 (vinte) votos a favor, o seguinte cidadão para integrar a CPCJ: Pedro Marques Martins. ---

3 - REGIME ESPECIAL DE LEGALIZAÇÃO - CERTIDÕES DE INTERESSE PÚBLICO. -----

O **presidente da Câmara** informou que o órgão executivo deliberou, por unanimidade, na sua reunião ordinária de 22.12.2016, concordar com a informação e, com base na mesma, propor à Assembleia Municipal o



reconhecimento do interesse público municipal na regularização dos estabelecimentos ou instalações dos requerentes constantes da informação n.º 211/2016 UFPUA e a emissão das respetivas certidões.-----

Feitos os devidos esclarecimentos pelo presidente da Câmara, às dúvidas apresentadas pelo membro da Assembleia António Grade, foi o ponto posto a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade com 20 (vinte) votos a favor, concordar com a informação n.º 211/2016 UFPUA e, com base na mesma, reconhecer de interesse público municipal a regularização dos estabelecimentos ou instalações dos requerentes constantes da informação e emitir as respetivas certidões. -----

4 - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM 2017 (ALTERAÇÃO).-----

O **presidente da Câmara** informou que, o órgão executivo na sua reunião de 12.01.2017 deliberou, por unanimidade, aceitar a nuance apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e manter a entrega da contratação do empréstimo a curto prazo ao Banco Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. Deliberou, ainda, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a autorização para a referida contratação de empréstimo a curto prazo.-----

O **membro da Assembleia Jorge Soares** informou que se iria abster, à semelhança de outros pontos relativos a empréstimos, pois sente-se, de alguma maneira, envolvido diretamente com a sua entidade patronal. Em sua opinião, estes lapsos não deveriam existir neste tipo de concursos; é uma falha que a entidade deveria assumir. Referiu ainda que, no caso de igualdade no concurso, não se sabia como iria reagir a entidade que ganhou, se realmente mantinha a taxa negativa ou se iria apresentar a alteração.-----

O **membro da Assembleia Luís Ferreira** manifestou a sua intenção em se abster pelo mesmo motivo referido pelo membro da Assembleia Jorge Soares.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 18 (dezoito) votos a favor e 2 (duas) abstenções dos membros da Assembleia Jorge Soares e Luís Ferreira, autorizar a contratação de empréstimo a curto prazo, tendo por base a deliberação do órgão executivo de 12 .01.2017.-----

5 - PAEL - PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO (2012-2019) - ATUALIZAÇÃO 2017.

O **presidente da Câmara** informou que, a Câmara, na sua reunião de 12.01.2017, deliberou, por unanimidade, aprovar a atualização do Plano de Ajustamento Financeiro (2012-2019), no âmbito do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal. -----

Não havendo inscrições para o debate deste assunto, foi o ponto posto a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor, aprovar a atualização do Plano de Ajustamento Financeiro (2012-2019), no âmbito do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local. -----

6 - AUTORIZAÇÃO DA FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO A CONTRATAR. -----

Este ponto foi apresentado e debatido, em simultâneo, com o ponto seguinte: "Autorização de contratação de empréstimo bancário a médio e longo prazo".----



O **presidente da Câmara** informou da finalidade do empréstimo bancário a contratar e da extrema necessidade destas obras, justificando cada uma delas. ----

Referiu que, o órgão executivo, na sua reunião de 19 .01.2017, deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer técnico e entregar a contratação do empréstimo a médio e longo prazo ao Banco Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. ----

Acrescentou que, para além das obras mencionadas, também outras de muita necessidade serão executadas no ano de 2017, designadamente, no final do ano de 2016 foi efetuado o pagamento da última tranche relativa à construção do Centro de Dia de São João da Serra, cujo apoio da Câmara foi de duzentos mil euros; fechar o Polidesportivo de São Vicente de Lafões; transferir para a Junta de Freguesia de Pinheiro cem mil euros para requalificação da sede da Junta e do salão; outras pavimentações e acessos a habitações no Centro da Vila que se encontram em terra batida. -----

O **membro da Assembleia António Grade** mencionou que este elencar de propostas de execução de obras é importante porque respondem às necessidades das populações, estando o PS sempre disponível para apoiar, pelo que iria votar favoravelmente. Considerou que, estas deveriam fazer parte de um plano estratégico plurianual. Acrescentou que, esperava que não se tratassem de um mero enunciar de obras num ano eleitoral. Em sua opinião, algumas obras mencionadas são mais prioritárias do que outras e realçou a importância do Parque Urbano, pois o PS, em mandatos anteriores (na Assembleia) debateu-se, por considerar aquela zona privilegiada e que não deveria ser usada para construção urbanística. Relembrou que o vereador do PS, Porfírio Carvalho, reclamava, há muito, a beneficiação da estrada de ligação de Oliveira de Frades a São Vicente de Lafões. De seguida referiu que não gostaria que fosse aberta mais uma "telenovela" como o concurso para a obra de "Requalificação do Edifício dos Paços do Concelho", pois ouviu que uma empresa concorrente iria contestar e mesmo recorrer para Tribunal, questionando se a obra não é entregue à proposta mais barata; os critérios tidos e se a regra de desempate se resume à ordem de entrada da proposta nos serviços. Por último, mencionou que o valor deste empréstimo iria transitar para o próximo executivo, o que condena, pois, estas situações deveriam ser pensadas para o período expectável do mandato. ---

O **membro da Assembleia João Valério** começou por saudar a reabertura do Tribunal Judicial de Oliveira de Frades, considerando que a medida favorecia o Concelho e a população; apesar de não ter todas as competências que tinha anteriormente, ganhou mais competência territorial. De seguida, referiu-se à greve dos alunos da Escola Básica e Secundária de Oliveira de Frades, considerando preocupante que não haja aquecimento numa escola que recentemente requalificada. Por último, e em relação às obras objeto da finalidade de empréstimo, realçou a relativa ao "Fecho de Sistema de Abastecimento de Água" que irá permitir à população de Ribeiradio ter água ao domicílio, deixando o desafio ao executivo de elaborar um estudo de lançar o projeto de saneamento para esta Freguesia ainda neste mandato. -----

O **presidente da Câmara** classificou de excelente a estratégia adotada, referindo que a nível de educação "*temos melhores condições da região e do*



país" e de ocupação dos tempos livres "temos um complexo desportivo invejável". Relativamente à Zona Industrial herdou-se uma zona industrial extraordinária, mas "tivemos condições e empenho para a ampliar", conseguindo dar resposta às necessidades das empresas aí instaladas, apesar das limitações financeiras, pois o Concelho de Oliveira de Frades é o que menos recebe de transferências do Orçamento de Estado da Região. "O executivo camarário, nestes 12 anos, pode orgulhar-se, pois, antes não se conseguiu executar o que executamos, e era bom que os próximos conseguissem fazê-lo, mas é difícil". Referiu que as obras são para ser executadas e não apenas iniciadas. Relativamente ao concurso mencionado, referiu que qualquer empresa que concorre pode reclamar e tal verifica-se em todos os Concelhos, sobretudo quando há pouco trabalho; disse que o júri do concurso cumpre escrupulosamente com os critérios de adjudicação definidos previamente no programa de procedimento, não sendo permitido entregar a obra à empresa que apresenta o valor mais baixo pois de acordo com esses critérios o valor abaixo dos 20% do valor inicial é considerado um valor anormalmente baixo. A organização do país não permite prever, atempadamente, certas situações, daí que o Município, de forma a ter capacidade de resposta às possibilidades de candidatura de obras, tenha de recorrer a este empréstimo. No que respeita ao saneamento para as Freguesias de Arcozelo das Maias e de Ribeiradio informou que uma equipa externa já estava a trabalhar no assunto. Ainda informou do ponto da situação dos empréstimos contraídos. Referiu as obras executadas com verbas próprias e a luta diária para dar melhores condições de vida à população.-

No que se refere à falta de aquecimento na Escola Básica e Secundária disse que era lamentável que os alunos não tenham as condições mínimas. Considerou o espaço escolar magnífico e com condições fabulosas, sendo possível organizá-lo de forma a favorecer o ensino e os alunos. Disse que o relacionamento da direção com a Parque Escolar não favorecia a obtenção de resposta positiva às solicitações. Acrescentou que, já tinha visto a iluminação exterior da Escola ligada de tarde e mesmo no período de férias, faltando depois dinheiro para o aquecimento. Por último, informou que a Autarquia se viu forçada a colocar funcionárias na Escola de modo a manter nesta a confeção da alimentação. -----

No que concerne à falta de aquecimento na Escola Básica e Secundária, o **membro da Assembleia António Grade** propôs que fosse feito um inquérito para apurar as responsabilidades da Escola, da DGESTE e do Ministério da Educação. Referiu que poderiam haver constrangimentos e limitações que não permitem dar resposta imediata, daí que a transferência de algumas competências e meios para a Câmara Municipal poderia permitir uma resposta mais célere e correta. Manifestou a sua satisfação pela reabertura do Tribunal. -----

O **presidente da Mesa** mencionou que, a falta de aquecimento na Escola deixava todos envergonhados, sendo que, na próxima reunião do Conselho Geral irá transmitir a preocupação da Assembleia sobre o acontecido e questionar sobre o que se passou e quais os constrangimentos existentes. No que concerne ao empréstimo constatou que este estava dentro dos limites de endividamento. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor, autorizar a finalidade do empréstimo bancário a médio e longo prazo a



contratar no valor global – até 1.100.000€ (um milhão e cem mil euros), designadamente:-----

- Construção do Parque Urbano de Oliveira de Frades – Espaços Verdes – 150.000€ (cento e cinquenta mil euros);-----

- Pavimentação Estrada de Paranho de Arca ao Cruzamento de Espinho – 110.000€ (cento e dez mil euros);-----

- Pavimentação Estrada de Carregal a Destriz – 100.000€ (cem mil euros);-----

- Pavimentação Estrada de Soutinho, Arcozelo a Quintela – 145.000€ (cento e quarenta e cinco mil euros);-----

- Requalificação Edifício Paços do Concelho – 150.000€ (cento e cinquenta mil euros);-----

- Rua Monsenhor Celso Tavares – 45.000€ (quarenta e cinco mil euros);-----

- Beneficiação da EM 618 (Feira a São Vicente) – 50.000€ (cinquenta mil euros);-----

- Pavimentação da Rua Nossa Senhora dos Milagres – 50.000€ (cinquenta mil euros);-----

- Pav. Estrada de Ligação da Escola EBI à Estrada da Ponte do Cunhedo – 100.000€ (cem mil euros);-----

- Fecho de Sistema de Abastecimento de Água – 200.000€ (duzentos mil euros).-----

7 - AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A MÉDIO E LONGO PRAZO. -----

O **presidente da Câmara** informou que, o órgão executivo, na sua reunião de 19.01.2017, deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer técnico e entregar a contratação do empréstimo a médio e longo prazo ao Banco Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. Deliberou, ainda, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a autorização para a referida contratação.-----

Este ponto foi debatido em simultâneo com o ponto anterior.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor, autorizar a contratação do empréstimo em causa.-----

8 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2017. -----

O Executivo Municipal aprovou, por maioria, a 1.ª Revisão ao Orçamento 2017, na sua reunião extraordinária de 19.01.2017.-----

Este ponto foi apresentado e debatido em simultâneo com o ponto seguinte, 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2017-2020, tendo as respetivas votações sido efetuadas em separado.-----

Não havendo inscrições para o debate deste ponto, foi o mesmo posto a votação tendo a 1.ª Revisão ao Orçamento 2017 sido aprovada, por unanimidade com 20 (vinte) votos a favor.-----

9 - 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017-2020. -----

O Executivo Municipal aprovou, por maioria, a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2017-2020, na sua reunião extraordinária de 19.01.2017.-----

Este ponto apresentado e debatido em simultâneo com o ponto anterior.-----

Posta a votação, a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2017-2020 foi aprovada, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor.-----



AM 27-01-2017

10 - DECLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO NO ÂMBITO DA LCPA. -----

O **presidente de Câmara** informou que o órgão executivo, na sua reunião ordinária de 19.01.2017, deliberou, por unanimidade, aprovar as declarações de compromissos plurianuais. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor, aprovar as declarações em causa, que serão rubricadas e anexas ao processo. -----

11 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve intervenções. -----

O **presidente da Câmara** informou que no próximo dia 31 de janeiro, a senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, Dra. Helena Mesquita Ribeiro, irá visitar o Município e o Tribunal Judicial de Oliveira de Frades. -----

Mais informou que, no próximo dia 11 de fevereiro, o senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel, virá ao Concelho inaugurar a ETA – Estação de Tratamento de Águas. -----

Todos os pontos foram aprovados em minuta, para produção de efeitos imediatos, tendo a Minuta sido lida e aprovada, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor. -----

E nada mais havendo a tratar foi esta sessão encerrada, pelo presidente da Mesa, eram onze horas e trinta minutos. -----

Dela se lavrou a presente ata que irá ser lida, discutida, votada e assinada pelos membros da Mesa. -----

O presidente da Mesa, _____
(Abel Joaquim Tavares Dias)

A secretária, _____
(Esmeralda de Almeida Reis Serrano)

A secretária, _____
(Teresa Margarida de Sousa Fernandes)